

Violência na Escola



Índice

Introdução	3
Violência na Escola	3
Violência nas relações entre pares	4
Jogo rude e violência.....	5
<i>Bullying</i>	5
Características dos alunos agressores e das vítimas.....	6
Em que aulas é que ocorrem estes problemas?	7
Que factores são preponderantes?.....	8
1. A família.....	8
2. A escola.....	10
3. Problemas da relação professor-aluno	12
4. Factores Sociais.....	13
Prevenção.....	14
O que a escola pode fazer?	15
O que fazer para acabar com a violência nas escolas?	16
O que podem fazer os professores?	16
A participação e o envolvimento dos pais.....	19
Iniciativas de prevenção de maus tratos e agressividade entre alunos	19
Conclusão.....	20
Bibliografia.....	21

Introdução

A sociedade mundial tem sido um pouco indiferente relativamente aos seres que são socialmente frágeis e que muitas vezes adoptam condutas violentas como forma de protecção e/ ou imitação.

A violência nas escolas não é um fenómeno novo. Todavia tem vindo a assumir proporções tais que a escola não sabe que medidas tomar para sanar este problema.

Pretende-se com este trabalho fazer uma breve abordagem sobre os fenómenos da violência exercida por jovens nas escolas e como tal facto é devido a problemas de inadaptação, confirmando se essa inadaptação é consequência do meio onde se inserem.

Violência na Escola

“Violência na Escola” este termo abrange uma vasta diversidade de realidades, não sendo por isso, possível, encontrar uma definição consensual. Um exemplo ilustrativo desta situação é a definição da palavra violência que encontramos nos dicionários: “qualidade ou estado do que é violento; acto de violentar; força empregue contra o direito de outrem; tirania”.

Na verdade, a definição deste conceito está longe de corresponder a uma categoria objectiva, mas sim a uma construção social que varia de acordo com o meio, cultura, língua e até com os próprios indivíduos. A propensão para a violência varia de indivíduo para indivíduo, tal como, a forma como é interpretada varia de grupo social para grupo social.

Ao longo das últimas décadas, tem vindo a registar-se um aumento significativo do fenómeno da violência juvenil, nomeadamente nos países ditos desenvolvidos. Vários factores influenciam e potenciam o crescimento deste fenómeno como, por exemplo, os conflitos familiares, as fracas competências de organização da família, o abuso de substâncias psicotrópicas e o consumo de álcool pelos jovens.

São ainda numerosos os factores escolares que habitualmente se encontram relacionados com o comportamento anti-social dos adolescentes:

- Insucesso escolar repetido;
- Fraca assiduidade às aulas;
- Falta de disciplina e de organização das escolas;
- Falta de reconhecimento do trabalho dos professores;
- Frequência do ensino especial;
- Ausência de normas/regras de comportamento;
- Métodos de ensino impessoais.

A escola surge como local de destaque para os jovens expressarem esta violência mas, também, pode desempenhar um papel fundamental na produção destes mesmos comportamentos.

Relativamente à definição de violência escolar, Martin (1994) define-a como “ qualquer tipo de situação em que um membro da comunidade escolar (professor, aluno, pai ou até visitante) seja intimidado, ameaçado ou atacado por qualquer outro membro daquela comunidade ou por alguém que realize actividades dentro da instituição”.

Na realidade, é na adolescência que os jovens se afastam dos seus familiares e começam a procurar a sua independência e o seu lugar na sociedade. Muitas vezes, através dos seus comportamentos, ultrapassam os limites e, conseqüentemente, acabam por não respeitar as regras que lhes são impostas. Assim sendo, o fenómeno da violência escolar deve estar associado ao comportamento anti-social, uma vez que é durante o período escolar que certas condutas disruptivas se revelam pela primeira vez. Em alguns casos, é mesmo após a entrada para a escola que certos comportamentos anti-sociais (como, por exemplo, o vandalismo e a vadiagem) se tornam perturbadores ou perigosos.

Muitos destes comportamentos são dirigidos contra os pares, professores e funcionários da escola.

Violência nas relações entre pares

Os pares tornam-se, pela sua acessibilidade, as vítimas mais frequentes destes comportamentos, ficando sujeitos a experiências traumatizantes. O medo da violência dos pares tem sido muitas vezes referenciado como uma das causas do absentismo escolar. Por isso, fomentar um clima de segurança nas escolas é crucial, uma vez que, os alunos que a vivenciam (através da legitimidade das normas e avaliações) sentem-se menos vitimados pelos pares.

A maior parte das crianças e adolescentes desenvolve relações amigáveis com os seus colegas durante a maior parte do tempo em que se encontram na escola. As situações de agressão ocorrem durante períodos de curta duração e apenas uma minoria de alunos está envolvida num nº elevado de situações de agressividade. Segundo Boulton (1998), a maior parte dos alunos só experimenta a agressão 1 ou 2 vezes durante o seu percurso escolar, mas estas podem ter um enorme reflexo na sua felicidade e bem-estar. É que a agressividade entre pares e suas conseqüências, não pode ser apenas avaliada pela sua frequência mas pelo impacto que tem nas vidas daqueles que são as vítimas e até mesmo nas vidas dos próprios agressores e observadores.

Este tipo de violência traduz-se principalmente por agressões verbais, danos físicos, morais e patrimoniais que afectam sobretudo o bem-estar e a dignidade dos colegas.

É nos espaços exteriores à sala de aula, ou seja, nos recreios, nos corredores, no bar ou na cantina, ou mesmo nas imediações da escola, que estas situações têm maior expressão e a sua existência pode afectar todo o clima social da escola.

Para percebermos melhor como este tipo de violência é observada, mostra-se um relato de um professor: Começa logo à entrada, eles entram assim de qualquer maneira...a falar alto uns com os outros e a chamar OH! ESTÚPIDOS...assim esse tipo de linguagem...a tal agressão verbal.” (Professora da Escola Quinta dos Álamos)

Jogo rude e violência

É muito importante que os educadores distingam com nitidez as situações que são violentas, onde há agressor (es) e uma vítima, daquelas em que mesmo com o uso da força física não existem esses papéis. É o caso do jogo rude, que é bastante frequente, principalmente nos rapazes em fase de desenvolvimento (correspondendo aos 1^{os} anos de escolaridade). Nesta fase, são vulgares os jogos de contacto físico ou simulação de lutas, em que os pares se perseguem, agarram-se, deitam-se ao chão, medem forças, mas em que todos reconhecem na situação uma brincadeira, um jogo. Segundo Ortega Ruiz (1998) o problema aparece quando a brincadeira se torna pesada, o seu conteúdo é insultuoso ou insolente, ou está formulada com um sentido de humor excessivamente sarcástico, que esconde uma dose de má intenção e ridiculariza pessoas presentes ou ausentes.

Esta situação torna-se complicada para o educador pelo facto de os alunos que abusam verbalmente ou fisicamente dos colegas afirmarem que faz tudo parte da brincadeira. A opinião da vítima é muito importante, assim como a dos espectadores, pois quando se trata de agressão, estes não tem a mesma interpretação da situação que o agressor.

De acordo com diversos estudos estas situações de agressividade traduzem-se fundamentalmente em pequenas disputas ou brigas, raramente têm um carácter repetitivo e sistemático de acção agressora de um aluno sobre o colega vítima.

Bullying

As situações mais problemáticas são aquelas em que há a existência de um aluno (ou um grupo) que desempenha de forma repetitiva, sistemática e intencional o papel de agressor sobre outro aluno que se submete ao papel de vítima.

Neste caso estamos perante um fenómeno típico de violência entre pares, designado por *bullying* ou *mobbing*, que em português podemos chamar de maus tratos entre iguais.

Este tipo de violência caracteriza-se fundamentalmente pela intenção deliberada de causar sofrimento ao outro, o aluno mais fraco, que pode traduzir-se por dor física ou perturbação emocional.

O *bullying* não se limita à agressividade física aberta mas engloba também comportamentos agressivos como: chamar nomes, “dizer coisas”, espalhar rumores ou enviar recados desagradáveis ou insultuosos, fechar numa sala, excluir ou isolar socialmente, danificar bens, agredir fisicamente e violentar sexualmente.

Para compreender melhor este fenómeno o educador deve estar atento quer ao que se designa por *bullying* directo (ataque relativamente directo sobre a vítima, por exemplo, bater, chamar nomes), quer ao *bullying* indirecto (isolamento social ou exclusão intencional de um grupo).

São identificadas por Fuensante Ramirez (1999) as seguintes formas de *bullying*:

- **Físico:** atacar fisicamente outra pessoa, roubar ou danificar os seus pertences;

- **Verbal:** chamar nomes, opor-se com uma atitude desafiadora e ameaçar;
- **Indirecto:** espalhar rumores pejorativos, excluir socialmente.

O *bullying* mais frequente é “chamar nomes”, seguindo-se da agressão física e da ameaça.

Os rapazes são mais vítimas de agressão física e de ameaça do que as raparigas. Estas geralmente são vítimas de *bullying* indirecto, como o isolamento ou exclusão social forçada (ninguém lhes dirige a palavra) ou espalharem rumores sobre elas.

Os abusos sexuais e raciais são formas particularmente perturbadoras de maus tratos; as raparigas são geralmente as vítimas do 1º tipo de abuso e os rapazes são mais frequentemente vítimas do abuso racial. Estas formas de abuso podem ter como alvo apenas a vítima ou podem ser extensivas à família, comunidade e cultura a que aquela pertence.

Como consequência destes tipos de violência, na situação especial em que atingem o mesmo aluno com alguma frequência e intensidade e este se vê sistematicamente ameaçado no ambiente escolar, baixam a sua auto-estima e autoconfiança, a sua noção de controlo sobre o meio, levando-o a refugiar-se, muitas vezes, no silêncio e na não-participação; podendo mesmo levar o aluno vítima a tornar-se também agressor, refugiar-se em grupos rivais, alterar o comportamento de modo a agradar aos agressores, sendo integrado no seu grupo, ainda que isso signifique renunciar a valores pró-escolares. Tudo depende da própria estrutura da personalidade do aluno, da organização e da dinâmica social da turma.

Algumas destas consequências podem perdurar ao longo de toda a vida, reflectindo-se numa maior tendência para a depressão e em maiores dificuldades de inserção social.

O aluno agressor, poderá vir também a sofrer consequências, já que interioriza um modo de lidar com os outros através do uso da força e de outros tipos de poder, o que marca a sua personalidade e o seu modo de estar na sociedade. A incidência de problemas de delinquência neste tipo de jovens é bastante superior à daqueles que não apresentam este tipo de comportamento.

Também os alunos observadores serão afectados, uma vez que se as situações se repetem frequentemente, como acontece em algumas escolas, sentem-se impotentes para nelas intervir e aprendem a ser indiferentes e a tomar atitudes de distanciamento e de não-intervenção activa em situações que causam sofrimento ao outro, com evidentes reflexos no seu desenvolvimento sociomora.

Características dos alunos agressores e das vítimas

De acordo com investigações, este tipo de violência sobre a forma de *bullying* tem ocorrência frequente e repetida em aulas de um pequeno nº de professores.

Este fenómeno tem uma incidência crescente até ao 8º ano. E em turmas do 9º ano já não se registam casos destes. Há uma diminuição de conflitos entre os pares à medida que os alunos avançam na idade e no ano de escolaridade. Este aspecto da evolução do comportamento social estará associado não só ao efeito da própria escolarização como ao próprio desenvolvimento moral do adolescente. A autora Freire (1995) verificou haver nos alunos do 9ºano uma maior tolerância em relação aos

comportamentos de evasão e uma maior penalização dos comportamentos mais perturbadores da relação pedagógica, incluindo nestes as manifestações agressivas entre alunos.

Quando se pretendem caracterizar os alunos agressores tem de se ter em conta um amplo conjunto de aspectos de ordem pessoal, familiar, sociocultural, mas também escolar.

Muitas crianças e em particular muitos adolescentes, sendo pacíficos e amistosos nas suas relações com os colegas em geral, são capazes de, em determinadas situações, reagir agressivamente, sentindo-se vítimas, por exemplo, de discriminação racial, étnica, sexual ou social.

Existem características e sinais, em relação ao *bullying*, que podem ser vistos como um alerta para professores, auxiliares de educação e pais, ajudando a prevenir e a lidar com crianças e adolescentes vítimas ou agressores de forma repetida e sistemática.

Os alunos do sexo masculino são os mais afectados, sendo tanto as vítimas como os agressores. Parece existir uma relação significativa entre o estatuto de vítima e o baixo estatuto social. Muitos investigadores caracterizam as vítimas como carentes em determinadas competências sociais. São pouco assertivos, interpretam mal os sinais sociais ou têm um leque de respostas muito reduzido, são caracterizados pelo medo e pela falta de confiança, são ansiosos e muitas vezes excluídos socialmente. Os agressores são mais confiantes e com melhor inserção social na turma, tendo frequentemente um ambiente familiar hostil ou de excessiva permissividade e sem adequada supervisão e afecto.

De acordo com pesquisas efectuadas, a agressão de que os alunos portugueses mais referem ter sido vítimas é a física e a verbal: 63% dos alunos referem já ter sido empurrados, 29% referem já ter sido agredidos, 67% foram insultados e 54% já foram ameaçados com palavras ou gestos. A pesquisa refere ainda ao "número elevado" de raparigas que dizem ter sido alvo de comportamentos indesejados com conotação sexual, sem, no entanto, especificar esses comportamentos.

De todas as regiões consideradas, é no Litoral Centro que os alunos mais referem ter sido vítimas, na escola, de comportamentos como agressões físicas, empurrões (que não a brincar), ameaças verbais e destruição de objectos pessoais.

Em que aulas é que ocorrem estes problemas?

Estes problemas de agressividade entre pares ocorrem em aulas em que os professores têm também maior frequência de comportamentos dos outros “níveis”, como a falta de assertividade, a falta de competência de gestão da sala de aula, a má organização da aula ou mesmo a sua ausência. A falta de motivação e de concentração dos alunos geram a ocorrência de conversas entre estes, onde os temas são as suas vivências no recreio, passando pela utilização de linguagem grosseira, mesmo de agressão verbal e em algumas situações pode mesmo ocorrer agressão física.

Na sala de aula os alunos agem conforme as situações pedagógicas que se lhes apresentam e com determinados professores.

Hoje em dia, existe um crescente número de queixas de professores relacionadas com os comportamentos dos alunos, que estão cada vez mais indisciplinados e violentos. O facto é que além do que foi referido no parágrafo anterior, os meios concedidos aos professores são inadequados face às actuais exigências educacionais.

Esta situação origina consequências negativas não só para os alunos como também para os professores. O rendimento escolar está associado à auto-percepção que os professores têm em relação às suas competências e eficácia pedagógica. Assim, os docentes que não se sentem em segurança na sala de aula ficam desmotivados e desinteressados, o que acaba por afectar negativamente a relação professor/aluno.

Assim, a qualidade desta relação é um factor importante na adesão dos alunos à escola e na sua persistência e assiduidade no sistema escolar.

Concluindo, a degradação desta relação deve-se não somente ao aumento da violência por parte dos alunos, mas também ao crescente sentimento de insegurança, e ao perfil relacional e pedagógico de cada professor.

Que factores são preponderantes?

1. A família

É neste núcleo que as crianças e os adolescentes adquirem os modelos de conduta que exteriorizam. O desemprego, a pobreza, a violência doméstica, o alcoolismo, a toxicodependência, a promiscuidade, a desagregação dos casais, a ausência de valores, a detenção prisional, a permissividade, a demissão do papel educativo dos pais, etc., são as principais causas que deterioram o ambiente familiar. Normalmente, os indivíduos que vivem estas problemáticas familiares são sujeitos e alvos de violência. Há famílias que participam directamente na violência que ocorre nas escolas. Impotentes para lidarem com a violência dos seus descendentes, acusam os professores de não «domesticar» os seus filhos, instigando a agressividade e, em extrema instância tornam-se eles mesmos violentos, agredindo os professores e funcionários.

Muitas vezes a conjuntura específica da família leva a que as crianças e adolescentes sejam vítimas de um contínuo stress que os levam a adoptar estilos de comportamento defensivo muito rígidos ou assumir uma tendência hostil com todos os adultos, assumindo um porte ameaçador na escola e acreditando que o respeito só se ganha através da intimidação. Num estudo realizado com alunos portugueses, Veiga (1999) verificou-se que os alunos com pais inconsistentes (umas vezes permitem tudo e outras nada consentem) são os mais violentos, os que têm pior rendimento na escola e maior tendência para o consumo de drogas e para a delinquência; seguem-se os alunos com pais autoritários ou permissivos. Ao contrário, os que têm pais compreensivos têm um elevado autoconceito, obtêm boas notas, têm bom comportamento e apresentam elevadas perspectivas de realização pessoal e social.

Apesar da dimensão e consequências deste problema de agressividade na escola, muitos adultos consideram-no como algo que faz parte da iniciação à idade adulta, particularmente no caso dos rapazes. Acontece que em muitas situações os pais dos alunos que sofreram de maus tratos ou daqueles que são agressores, estão pouco conscientes do problema e falam muito pouco com os seus filhos sobre isso. Muitos casos de agressão não são denunciados nem aos pais nem aos professores.

Na opinião de dois alunos da Escola Secundária do Cerco no Porto, o "ambiente familiar" contribui decisivamente para o comportamento na escola. A Filipa afirma que "no bairro as pessoas resolvem conflituosamente as questões e isso é transmitido aos filhos". Um cenário que se pode repetir em outros contextos, é sabido, independentemente do meio socio-económico, que "a agressividade e hostilidade por parte dos jovens pode ser o resultado da exposição a certas atitudes e comportamentos em casa, nomeadamente o uso habitual da punição física, que ensina que a agressividade é um modo aceitável de resolução de conflitos". A hereditariedade é outra das hipóteses levantada por alguns investigadores, mas a este respeito os dados são inconclusivos.

Existem também situações em que o efeito da família vai diminuindo à medida que o aluno se vai envolvendo na escola e, conseqüentemente, vai surgindo o efeito da socialização secundária. Apesar de algumas famílias serem disfuncionais, na escola o estudante consciencializa as suas dificuldades de adaptação, uma vez que, é visto como menos apto a responder às exigências académicas e sociais. A escola intensifica as diferenças familiares, visto que, os alunos de famílias desfavorecidas tornam-se mais vulneráveis à medida que o insucesso escolar se intensifica. Esta ausência de vinculação também faz com que os alunos generalizem a sua revolta à comunidade, surgindo assim grupos com comportamentos disruptivos, que possuem baixas expectativas académicas e uma perspectiva negativa do futuro. Para estes jovens, pertencer a um bando de delinquentes é sinónimo de estatuto, uma vez que confere um sentimento de coesão social e aumenta a auto-estima. Surge assim, um ciclo que leva à consolidação de uma delinquência persistente.

Ou seja, falta de rendimento escolar vai originar comportamentos anti-sociais que se encontram positivamente associados ao fracasso escolar. Este aspecto é ainda mais relevante quando a falta de rendimento se relaciona com outros factores que levam à rejeição da escola pelos estudantes.

Concluindo, a maior parte das vezes este tipo de comportamentos não têm uma função de carácter pedagógico, dado que não visam pôr em causa o professor ou o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos ao envolverem-se em conflitos entre si, ao agredirem-se uns aos outros, não o fazem com a intenção de obstruir ou perturbar a aula ou de pôr em causa a autoridade do professor ou as normas da escola. A maior parte das vezes estas situações surgem do fruto das suas vivências informais no quotidiano escolar e têm como finalidade e função principais “resolver” as pequenas ou as grandes “rixas” que acontecem entre eles. Este tipo de situações tem fundamentalmente funções de carácter psicológico ou psicossocial.

2. A escola

A escola pode ainda incentivar a adopção de comportamentos anti-sociais pelo simples facto que promove e induz, muitas vezes, a competição entre os alunos, os sentimentos de fracasso e a pressão dos pares desviantes.

Será que a forma como as escolas estão organizadas e funcionam podem afectar o comportamento anti-social dos alunos ou, ao contrário, serão as diferenças, muitas vezes observadas entre escolas, explicadas pelas características dos alunos?

Foram realizados diversos estudos (Rutter et al, 1979) em que os resultados mostraram que havia diferenças entre as escolas a nível da delinquência e que estas diferenças não podiam ser explicadas por variáveis de natureza individual (como, por exemplo, o Q.I), mas sim pelo funcionamento e clima das escolas.

Assim sendo, as escolas com índices mais baixos de violência apresentam melhor rendimento, menos absentismo, menos problemas de disciplina, um bom clima relacional entre alunos e professores e uma ligação muito próxima entre a escola e a comunidade.

Ainda nestas escolas, os professores transmitem aos alunos bons modelos de conduta, os alunos são influenciados positivamente, têm regras bem definidas e as aulas são bem administradas.

De acordo com certos dados, as instituições com maior taxa de comportamentos violentos são as que admitem um número muito maior de estudantes; possuem níveis mais baixos de ensino, acolhendo por isso estudantes mais velhos; a gestão do tempo lectivo revela-se inadequada, originando uma elevada frequência de momentos de inactividade; e ainda possuem uma grande proporção de alunos menos dotados.

Os meios de comunicação audiovisual, raras vezes retratam acontecimentos violentos protagonizados pelos alunos nas escolas. De facto, "inverteram-se os papéis; os métodos violentos de alguns professores eram tradicionalmente mais frequentes no mundo escolar: castigo físico, humilhações verbais..." (Fermoso 1998). Actualmente, os professores não podem exercer qualquer tipo de castigo aos alunos sob pena de sofrerem sanções disciplinares, mas e os alunos? Que perfil apresentam os adolescentes que se envolvem em actos de violência nas escolas portuguesas?

Um estudo realizado em 2001 por Margarida Matos e Susana Carvalhosa baseado em inquéritos a 6903 alunos de escolas escolhidas aleatoriamente, com as idades médias de 11, 13 e 16 anos, analisaram a violência na escola entre vítimas, provocadores (incitação na forma de insulto ou gozo de um aluno mais velho e mais forte do que o outro) e outros (similarmente vítimas e provocadores) demonstraram os seguintes dados bastante curiosos:

- Mais de metade dos alunos inqueridos são do sexo feminino (53.0%);
- 25.7% dos jovens afirmaram terem estado envolvidos em comportamentos de violência, tanto como vítimas como provocadores ou duplamente envolvidos;
- As vítimas de violência são maioritariamente masculinas (58.0%);

- Os inquiridos que se envolveram em comportamentos de violência em todas as suas formas situavam-se nos 13 anos de idade;
- Os jovens provocadores de violência são aqueles que têm hábitos de consumo de tabaco, álcool e mesmo de embriaguez. Também são os que experimentaram e consumiram drogas no mês anterior à realização do inquérito;
- Quanto às lutas, nos últimos meses anteriores ao inquérito, 19.08% dos jovens envolveram-se em comportamentos violentos;
- Os vitimados pela violência, são os que andam com armas (navalha ou pistola) com o intuito da sua própria defesa;
- Os adolescentes que vêem televisão quatro horas ou mais por dia são os que estão mais frequentemente envolvidos em actos de violência;
- As vítimas e os agentes de violência não gostam de ir à escola, acham aborrecido ter que a frequentar e não se sentem seguros no espaço escolar;
- Para os actores de violência a comunicação com as figuras parentais é difícil;
- 16.05% das vítimas vive em famílias monoparentais e 10.9% dos provocadores vive com famílias reconstruídas;
- Quanto aos professores, os alunos sujeitos e alvos de violência consideram que estes não os encorajam a expressar os seus pontos de vista, não os tratam com justiça, não os ajudam quando eles precisam e não se interessam por eles enquanto pessoas;
- Em relação ao relacionamento entre grupo de pares, estes adolescentes referem a pouca simpatia e préstimo e não-aceitação por parte dos colegas de turma, a dificuldade em obter novas amizades e a ausência quase total de amigos íntimos.

Este estudo vem reforçar a relevância dos contextos sociais dos jovens, aparecendo bem focados como factores desencadeadores de comportamentos violentos a desagregação familiar, a pouca ou inexistente atracção pela escola, o grupo de amigos aliados à posse de armas, o consumo de estupefacientes, álcool e tabaco e o visionamento excessivo de televisão.

Os comportamentos violentos na escola têm uma intencionalidade lesiva. Podem ser exógenos, ou seja, determinados de fora para dentro, como acontece nos bairros degradados invadidos pela miséria e pela toxicod dependência, onde agentes estranhos ao meio o invadem e destroem; pode tratar-se de violência contra a escola, em que alunos problema assumem um verdadeiro desafio à ordem e à hierarquia escolares, destruindo material e impondo um clima de desrespeito permanente; ou são simplesmente comportamentos violentos na escola, que ocorrem sobretudo quando esta não organiza ambientes suficientemente tranquilos para a construção de valores característicos a este local.

Em Portugal, o sistema educativo tem vindo a sofrer grandes alterações. Diminuíram substancialmente os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, procedeu-se à obrigatoriedade da escolarização até ao 9º ano, o ensino secundário foi palco de sucessivas e controversas transformações. O panorama escolar não é muito animador, conforme retratam os meios audiovisuais: alto índice de retenções, o abandono e absentismo escolar, a violência e indisciplina no espaço escolar. Por outro lado, a exigência do Ministério da Educação no cumprimento dos conteúdos programáticos e a mudança contínua do corpo docente, faz com que este sinta muitas dificuldades para enfrentar os problemas decorrentes da juventude.

Se os alunos são provenientes de famílias organizadas com razoável cultura e escolaridade, conseguem aprender e serem alunos com aproveitamento. Contrariamente, se provêm de uma base familiar desagregada, com inúmeros problemas, rapidamente caminham para a reprovação, indisciplina e mesmo violência.

Felizmente, em muitas escolas, a comunidade educativa organiza-se mesmo que minimamente e em conjunto, professores, alunos, pais e funcionários reflectem sobre as diversas temáticas ou problemas. A organização pedagógica da escola é o pilar essencial para a prevenção dos problemas relacionados com o abandono, o absentismo, a indisciplina e a violência.

3. Problemas da relação professor-aluno

Este tipo de problemas não é tão frequente, apesar de aparecer mais sobre a forma de indisciplina e não tanto na forma de violência. Em relação à violência, as agressões a que os professores estão mais sujeitos são:

- Agressões físicas: “cuspir” na professora acompanhado por agressões verbais;
- Ameaças e insultos: comportamentos verbais do aluno, com a intenção de ofender e irritar o professor;
- Grosserias, obscenidades e atentado ao pudor: comportamentos verbais e não-verbais (exemplo arrotos), que demonstram indelicadeza ou ofendem o pudor e a decência;
- Desvio-dano à propriedade do professor e da instituição: furar os pneus do carro do professor e riscar o carro do professor.

Verificou-se que o nº de alunos que se envolve, de modo mais persistente, neste tipo de problemas é muito limitado. De acordo com Amado (1998), esta minoria de alunos insere-se no conjunto dos “obrigados-revoltados” (os alunos até aos 15 anos que por Lei estão no ensino obrigatório), com projectos de vida que não passam pela escola, com marcas dolorosas de um longo historial de frustrações e um conjunto de gostos, preferências e valores pessoais em nada de acordo com o que se lhes quer inculcar.

Estes alunos geralmente não têm interesse pela escola, têm dificuldades de adaptação (à escola ou a certas exigências do professor), têm uma má formação (má educação e perturbações do foro psicológico) e sofrem de influência de más companhias.

São por vezes os comportamentos dos próprios professores que levam ao aparecimento deste tipo de situações. Comportamentos esses como a permissividade, a falta de assertividade a explicar os seus comportamentos e envolvimento frequente em problemas com os alunos mais difíceis, a falta de tolerância, a falta de bom senso, o racismo, o stress e por vezes problemas de personalidade.

4. Factores Sociais

Um acto violento só é de facto um problema se a maioria da sociedade o considerar que o é, ou seja, se for tipificado e reconhecido como tal.

A violência é na sua maior parte protagonizada pelos jovens, que se agrupam, formando sub-culturas, habitualmente no seio do tecido urbano, adquirindo formas de vestir, agir ou pensar muito características. Os hippies, os rockers, os skinheads, entre outros são exemplos bem conhecidos de grupos inadaptados aos padrões da sociedade.

Na cultura juvenil podem-se observar características muito comuns de acordo com Goenaga (1998), tais como:

- A busca de identidade, procurando diferenças contrárias à geração antecedente;
- O questionar das ideias nas quais a sociedade se fundamenta;
- Os jovens possuem uma série de capacidades e de ideais para criar e canalizar ideias inovadoras que fazem mudar a ordem da realidade já existente;
- Os jovens são os grandes consumidores dos meios informáticos e audiovisuais, sobretudo Internet, jogos por computador, televisão e música. A televisão é um dos meios que mais violência difunde e a criança ou jovem é o sujeito passivo que mais a consome. Muitas crianças vêem televisão e jogam jogos de carácter lúdico duvidoso, sem qualquer supervisão das figuras parentais. Constroem as suas personalidades de acordo com o que observam, com uma total ausência de discernimento do que é certo ou errado;
- A carência de bens mínimos como um trabalho, habitação, serviços sociais básicos, nomeadamente a quebra das redes de suporte familiar, sua desagregação, a ausência de valores essenciais dentro e fora da família, o meio onde vive, a escola que não exerce qualquer tipo de motivação, leva a que determinados indivíduos ou grupos cultivem a agressividade face à sociedade que gerou ou proporcionou deficits tão profundos e que fazem parte das suas vivências quotidianas.
- Hebe Tizio (1997) alude ao facto de vivermos num mundo capitalista, dominado pelo progresso. Este caracteriza-se por uma uniformidade e generalização dos usos, costumes e bens que são amplamente difundidos nos média. A uniformidade gera segregação, competição desenfreada,

levando a que indivíduos que não podem ter a qualidade de vida que desejam optem por caminhos menos lícitos.

- A inadaptação social é devida à educação deficitária por parte da família ou pelo meio onde o jovem vive (bairro degradado, desemprego, alcoolismo, droga e tráfico, prostituição, detenção familiar, violência doméstica, furtos, resolução de conflitos com recurso à agressão, precárias condições de vida) fazem com que os jovens adquiram condutas de acordo com o que vivenciam diariamente. São, portanto, jovens com ausência de referências positivas.
- António Petrus (1997) refere que o conceito de inadaptação social é ambíguo e está amplamente ligado à educação social, na medida em que em sentido lato, esta está ligada à intervenção educativa em âmbitos de marginalização e inadaptação sociais.

Prevenção

Para conseguirmos tentar acabar com a violência que vai “assombrando” as nossas escolas, deve-se apostar particularmente na prevenção. Tal como se passa com o termo “violência”, a palavra “prevenção” tem muitas conotações sendo, assim, necessário debruçarmo-nos sobre a sua definição.

O termo “prevenção” descreve uma acção particular, isto é, de uma forma mais exacta, uma acção que tem como objectivo impedir a ocorrência de uma situação particular ou de um comportamento desadequado.

No domínio da criminologia, a palavra “prevenção” remete para a questão do próprio objecto: o comportamento criminoso. Assim, em sentido restrito, remete para um comportamento passível de condenação judicial e, em sentido mais lato, remete para atitudes que podem levar a estes mesmos comportamentos. Então, a palavra “prevenção”, tal como é definida em criminologia, emprega-se perfeitamente à violência ocorrida nas escolas.

A prevenção de comportamentos anti-sociais na adolescência é deveras difícil, visto que se depara com alguns obstáculos, tais como, o desenvolvimento físico e psicológico característico desta etapa e as novas exigências da situação escolar. Além disso, os estudantes nesta fase tornam-se muito mais influenciáveis pelo grupo de pares, as suas capacidades cognitivas desenvolvem-se, a procura de autonomia é maior, o que faz com que se tornem mais críticos e rebeldes.

Ainda é importante salientar que existe uma redução da supervisão por parte dos pais, isto é, como os alunos têm mais disciplinas, mais professores, mais intervalos de tempo livre entre as aulas, podem passar mais tempo fora de casa e adoptar comportamentos desviantes.

Devido ao aumento da violência estudantil, a escola não pode fugir às suas responsabilidades. Por isso, é fundamental que aproveite e explore as suas próprias potencialidades para controlar e prevenir os comportamentos anti-sociais, realizando modificações no programa curricular e abrindo-se à comunidade.

O que a escola pode fazer?

Não é fácil erradicar a violência da sociedade. Por serem as suas causas complexas e de carácter estrutural, não está só ao nosso alcance eliminá-la das escolas ou de qualquer outro lugar. No entanto, é possível e necessário controlar alguns dos mecanismos que a geram, reduzindo seus efeitos.

Democratizar a escola é a linha central de todas as intervenções para diminuir a violência no seu ambiente. A mudança na prática do sistema de ensino deve levar à eliminação das barreiras - muitas vezes não percebidas - entre os alunos e a escola, entre a comunidade e a escola. Num trabalho que envolve acções de curto, médio e longo prazos, as violências geradas pelo próprio sistema escolar devem ser questionadas e subvertidas pelos seus actores.

A democratização do acesso à escola não deve ser vista só como a extensão do atendimento escolar (aumentando o número de vagas, por exemplo) ou mesmo a criação de condições materiais para a fixação do aluno. A democratização deve ser encarada de forma mais abrangente, significando, também, a mudança das relações internas e da estrutura de funcionamento da instituição escolar, valorizando e estimulando no seu interior a presença dos alunos marginalizados pela sociedade.

Assim, para atacar o problema da violência nas escolas, o primeiro passo é situá-lo dentro da sua esfera de complexidade. A violência na escola é diferente da violência nas ruas: insere-se no meio escolar, alimenta-se da sua dinâmica e dos seus vícios. Soluções policiais não resolvem. É claro que, se for necessário, deve-se colocar seguranças, gradear janelas, etc. Mas estas medidas terão pouca eficácia se não forem acompanhadas de outras, que resolvam o problema nos seus aspectos sociais e pedagógicos. Para isto, é necessário trabalhar com os profissionais de educação (tanto professores como auxiliares de educação), com os alunos, com a comunidade e com a polícia, procurando estabelecer uma compreensão mais ampla da violência, como fenómeno social que possui uma face visível e muitas outras invisíveis. Para consolidar esta nova compreensão da violência é preciso um esforço de repensar a escola tanto interna como externamente, nas suas relações com o ambiente em que se encontra.

Como a escola depende do que está à sua volta, o meio em que está inserida, este deve ser sempre considerado. Se a escola estiver integrada nele, abrindo o seu espaço - privilegiado e valorizado - não só aos alunos, mas ao oferecimento de soluções para problemas e necessidades da região, será mais respeitada pela comunidade.

É importante promover actividades comunitárias e o uso das instalações para eventos ou para o lazer dos moradores das imediações, contando com a participação e o envolvimento dos directores de turma, professores e outros profissionais, levando-os a substituir o medo por novas posturas que contribuam para a superação de uma mentalidade violenta.

O que fazer para acabar com a violência nas escolas?

É possível reduzir significativamente as situações de indisciplina e de violência, melhorando o clima existente nas escolas e criando condições para que cada vez mais as crianças e jovens possam usufruir da escola pública de qualidade a que têm direito.

Não possuindo nenhuma varinha de condão, a escola não se pode demitir das suas responsabilidades específicas, o que implica o estreitar das relações entre a escola e a família, um esforço conjunto dos pais e professores para encontrar respostas para múltiplos problemas, criando condições para que a escola seja verdadeiramente inclusiva, capaz de respeitar e atender à diversidade social e cultural dos seus alunos, de adequar as suas propostas educativas e os programas aos interesses e características destes, de combater o abandono e o insucesso escolar. Uma escola capaz de envolver os alunos, de os motivar, de perceber os seus problemas, de com eles construir as regras e as normas de funcionamento, de pôr em prática formas participadas de gestão na vida da turma e da escola, de incentivar a formação dos jovens como cidadãos activos, críticos e intervenientes. Uma escola capaz de lutar por uma verdadeira autonomia, combatendo os constrangimentos que se lhe colocam para construir alternativas pedagógicas, exigindo a afectação dos recursos humanos e materiais necessários, a criação de equipas integradas pluridisciplinares, com psicólogos, assistentes sociais, técnicos de educação e animadores culturais. A melhoria dos edifícios e dos equipamentos escolares. Enfim, uma escola que permita aos jovens viver a escolaridade como um momento fundamental no desenvolvimento da sua personalidade, que se assuma como um espaço de aprendizagem, de formação e desenvolvimento do espírito crítico, da criatividade, da solidariedade, do respeito pelo outro e pela diferença, de fomento de uma intervenção cívica consciente e responsável.

O que podem fazer os professores?

A presença dos professores é fundamental uma vez que, pela sua formação e experiência, podem ajudar a ultrapassar e a lidar com determinados problemas, através da promoção de um ambiente positivo e reforçador das actividades escolares. Nesse sentido, é importante que os professores encarem o problema do comportamento anti-social como um facto que está relacionado com a organização e funcionamento da escola ou da comunidade e não como um problema exclusivo do aluno.

Claro que cada caso é um caso e o professor terá que procurar em cada situação mobilizar a sua capacidade de diagnóstico, o seu bom senso, a sua capacidade de reflexão e a sua competência pedagógica em geral, no sentido de encontrar as soluções mais adequadas para os problemas que defronta.

O que verdadeiramente distingue os professores face às questões disciplinares é o modo como se antecipam aos problemas, prevenindo assim as situações difíceis de gerir.

Além disso existe todo um conjunto de estratégias e de práticas de ensino, ao alcance do professor na sala de aula com a turma, que podem estimular a vontade de aprender mais, a boa comunicação interpessoal, a cooperação e a coesão do grupo.

Vários estudos concluem que a aprendizagem cooperativa se reflecte no desenvolvimento de relações mais amigáveis entre os companheiros, designadamente em turmas com alunos de diferentes origens étnicas e com dificuldades especiais.

Investigações efectuadas por Cowie e Sharp (1998) salientam que:

- Relações sociais positivas criam um sentimento de autoconfiança e de aceitação que a criança isolada não pode experimentar;
- Em grupos cooperativos, as crianças acreditam que podem ser capazes de agir para resolver um problema, desenvolvem um sentido de controlo pessoal e de melhoria do seu poder pessoal;
- As crianças tornam-se muito mais proficientes no desenvolvimento das suas próprias ideias e chegam a conclusões mais fundamentadas quando envolvidas em grupos de trabalho bem estruturados de uma forma cooperativa;
- O impacto sobre o problema da vitimização da criança vulnerável pode ser reduzido com a implementação do trabalho cooperativo.

Estas autoras referem que encontraram crianças agressivas com os seus pares, que manifestavam gosto e interesse pelo trabalho cooperativo. A sua dificuldade estava no desenvolvimento do próprio trabalho, não só porque tinham dificuldades de passar as suas ideias à prática, como também os seus companheiros não gostavam de trabalhar com elas. O desafio do professor será conseguir encontrar as melhores formas de proporcionar apoio e orientação ao grupo e a cada aluno em, particular, de modo a ultrapassar essas dificuldades.

Poderá fazê-lo através de definição de regras estabelecidas com os alunos da sua turma, que serão utilizadas como prevenção de situações não desejáveis. Essas regras deverão ser expostas de forma clara, e ir de encontro a valores como o respeito pelo outro e a solidariedade. O envolvimento da turma na definição dessas regras resultará certamente, numa melhor aceitação das mesmas. Elas deverão ser formuladas para que o aluno perceba qual o comportamento esperado. Esse conjunto de regras deverá ter um papel de orientação e não, funcionar como um conjunto de interdições. Assim as regras deverão ser enunciadas pela positiva (o que se espera que seja feito).

Por exemplo, no caso particular de situações onde ocorre o *bullying*, propõe-se como ponto de partida as seguintes regras:

- Não devemos maltratar qualquer dos nossos colegas;
- Devemos tentar ajudar os colegas que são agredidos;
- Devemos fazer o possível para incluir os colegas que facilmente se isolam.

Uma estratégia para aumentar a coesão de todos os membros da turma associada a uma atitude activa de reprovação da violência entre pares, será a criação de assembleias de turma, onde sob a orientação do professor se discutem os problemas da turma (agressividade e outros) e onde se estabelecem planos de mudança.

A autora espanhola Cerezo Ramirez (1999) destaca o papel da dinâmica da turma como mediadora numa redução das condutas agressivas e propõe um programa que se desenvolve a partir de três momentos fundamentais:

- 1º) Analisar o grupo de alunos, através de algum instrumento que permita perceber as relações interpessoais que se estabelecem na turma, e detectar os possíveis alunos implicados em relações agressor/vítima;
- 2º) Com base no diagnóstico da turma sob o ponto de vista da sua dinâmica social, passar-se-á à elaboração de um plano de trabalho específico para vítimas e outro para agressores, em articulação com o trabalho conjunto na turma;
- 3º) Simultaneamente desenvolver um plano de trabalho para o grupo/turma.

O professor pode criar um clima positivo, estimulante e amigável o que é uma base importante para um trabalho de intervenção precoce face a situações de agressividade/vitimação.

No sentido de intervir o mais precocemente possível face a tais situações, o professor precisa de possuir um conjunto de competências de observação e acção, como:

- Estar atento aos sinais precoces de angústia e mal estar dos alunos (doença injustificada, isolamento, desejo de permanecer com os adultos, abaixamento do nível de trabalho escolar);
- Saber distinguir maus tratos entre iguais de jogo rude;
- Ouvir atentamente as vítimas e também os agressores e registar todos os incidentes (a vítima e o agressor devem fazer o registo escrito dos acontecimentos; o professor deve registar as suas discussões com ambas as partes); aos pais devem ser enviadas cópias de todos esses registos e estes devem responder à comunicação;
- Dar apoio imediato ao aluno-vítima;
- Tornar bem claro ao aluno-agressor e aos seus pais que o comportamento agressivo não é tolerado.

Recomenda-se que o professor mal se aperceba deste tipo de três situações, inicie de imediato conversas sérias com o aluno(s)-agressor(s), com o aluno-vítima e eventualmente com os pais (nos casos com um certo grau de gravidade ou reincidência).

Nas conversas sérias com o agressor, o professor deve, por um lado, fazer passar uma mensagem clara de que o comportamento agressivo não é tolerado e, por outro, estar precavido de que o agressor vai desvalorizar a sua acção e exagerar os papéis desempenhados pelos outros, designadamente a vítima.

Nos casos específicos de maus tratos por parte de um grupo, aconselha-se que se fale com um aluno de cada vez, numa sequência rápida de tempo, para que não haja a oportunidade de discutirem o assunto entre si e planifiquem uma estratégia em comum.

Quanto à conversa com as vítimas, o professor deve estar consciente de que a vítima geralmente apresenta insegurança e timidez, o que a leva a recuar denunciar o agressor aos adultos.

A participação e o envolvimento dos pais

Uma cooperação forte entre a escola e a família é bastante importante para que os problemas de agressão e vitimização sejam resolvidos. Esta cooperação pode ser conseguida a partir de reuniões com todos os pais dos alunos das escolas ou de algum grupo em especial, ou através de encontros individuais entre os pais e os professores através de contactos telefónicos informais, mas igualmente através da participação dos pais nos órgãos de gestão da escola, designadamente no Conselho Pedagógico e na Assembleia de Escola, no Conselho Escolar, colaborando na concepção, no desenvolvimento e na avaliação do Projecto de Escola.

Este aspecto do clima da escola constitui um excelente indicador da política de prevenção da escola.

Porém, são as famílias dos jovens em risco que se mostram menos disponíveis e motivadas para colaborar com a escola, nomeadamente, quando lhes é pedido um esforço sistemático e prolongado. Estas famílias são descritas como sendo caóticas, violentas, incapazes de supervisionar os filhos, desinteressadas nos assuntos escolares e com comportamentos anti-sociais (Patterson et al, 1982). Assim, como muitas vezes não se pode contar com estas famílias, as intervenções somente se podem basear na própria escola.

Iniciativas de prevenção de maus tratos e agressividade entre alunos

A intervenção no recreio: Na maior parte das escolas existe falta de supervisão por parte dos adultos no recreio. Muitas vezes apenas os auxiliares de educação a fazem e quase sempre estes são em nº insuficiente para o desempenho de tais funções ou não possuem qualquer tipo de formação específica. Para além da questão da supervisão nos recreios, outro aspecto importante a ter em conta neste tipo de prevenção, é o equipamento que os alunos dispõem nas suas actividades no recreio. Numa pesquisa conduzida em Portugal, Marques (2001) fez uma observação numa escola, em que se facultou às crianças 4 tipos de recreio (“vazio”, “com supervisão”, “com materiais”, “com materiais e supervisão”), verificou que mesmo a singular introdução de materiais fez baixar a percentagem de vítimas, se bem que o efeito da introdução simultânea de materiais e supervisão no recreio se tenha revelado mais positiva. Apesar de tudo à que ter o cuidado de proporcionar actividades estruturadas às crianças mas que permitam um espaço de liberdade e autonomia. Os jogos no recreio podem também proporcionar à criança a oportunidade de por ela própria aprender a lidar com as várias formas de conflito e de se proteger de eventuais maus tratos dos seus companheiros.

O supervisor deverá ainda saber identificar os locais do recreio onde é mais provável ocorrer *bullying*, estar atento às crianças que andam sozinhas, tornar sistematicamente claro aos alunos, quais são os comportamentos que não são tolerados e ter uma atitude de encorajamento dos comportamentos socialmente positivos.

Prevenção do *bullying*: a prevenção e o combate ao *bullying* exigem um trabalho continuado e a prazo. Da parte da escola exigem um diagnóstico criterioso da situação e um plano que assente nos problemas diagnosticados e que promova a participação. É preciso que este trabalho continue no tempo. A criação de grupos de professores para o desenvolvimento do ambiente social da escola, bem como círculos de pais, podem ser boas estratégias para manter a atenção sobre este problema.

Conclusão

As crianças são muitas vezes vítimas do meio socioeconómico e cultural em que estão inseridas. É esse meio que modela as suas mentes.

Cabe a todos nós, professores, escola e comunidade em geral, lutar, para que todas elas também tenham esperança num futuro melhor e se transformem nos verdadeiros “homens” de amanhã.

Bibliografia

1. Amado, J. e Freire, I., *Indisciplina e Violência na escola*, Porto, Edições ASA, 2002
2. *Comportamento anti-social: escola e família*; centro de psicopedagogia da Faculdade de Psicologia e de C. Educação da UC - Coimbra 2003, livraria Almedina
3. Nicole Vettenburg, *Textos: Violência nas Escolas: Uma abordagem centrada na prevenção*, Universidade de Lovaina, Bélgica, 2000
4. A. L., Rebelo, J. A., Simões, A. e Ferreira, J.A., *A prevenção da delinquência juvenil: intervenções baseadas na escola*; Fonseca, *Revista Portuguesa de Pedagogia: Domínios de investigação, orientações metodológicas e autores em trinta anos de publicação*, 135-164, Vol. 29, Nº 3, 1995
5. Tabora Simões, M. C; Formosinho, M.D. e Fonseca, A.C., *Efeitos do contexto escolar em crianças e adolescentes: insucesso e comportamentos anti-sociais*, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1-3, 2000